



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento de Espumoso - Sicredi
Espumoso RS/MG**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG
Espumoso / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa Sicredi Espumoso RS/MG, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: formações online para professores do União Faz a Vida, turmas do Programa Crescer online, aulas online para os alunos das Cooperativas Escolares, realização do Programa Boas-Vindas através de vídeos pelo WhatsApp, comemoração do aniversário da cooperativa com arrecadação de donativos destinados a entidades locais, evento online para o público empresas realizado via Facebook, lançamento do Programa Cooperação na Ponta do Lápis, com formação de multiplicadores.

Durante este período podemos destacar o seguinte fato administrativo: Expansão da cooperativa no estado de MG.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos: cuidados com o uso de máscaras por todos, disponibilização de álcool gel em todos os espaços das agências, sinalização das agências com informativos sobre o coronavírus e métodos de prevenção, lançamento do Sicredi conecta, lançamos na cooperativa o uso do Whats Enterprise para melhorar o atendimento digital dos associados, as agências passaram a contar com atendimento presencial por agendamento, disponibilizado nos caixas eletrônicos o passo-a-passo para saques e depósitos.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG
CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11

ATIVO	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO	773.849	561.154	PASSIVO	565.218	383.678
DISPONIBILIDADES (Nota 04)	2.631	3.168	DEPÓSITOS (Nota 12)	270.647	196.096
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	778.021	559.358	Depósitos à vista	88.310	41.288
Aplicações interfinanceiros de liquidez (Nota 05)	8.889	29.520	Depósitos interfinanceiros	36.494	5.785
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	118.665	104.372	Depósitos a prazo	145.843	149.023
Centralização financeira (Nota 04)	80.110	40.249	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	270.531	169.299
Relações interfinanceiras ativas	1.514	3.866	Relações interfinanceiras (Nota 13)	257.942	156.908
Operações de crédito (Nota 07)	553.066	369.844	Obrigações por empréstimos (Nota 14)	7.880	7.840
Outros ativos financeiros (Nota 08)	15.777	11.507	Obrigações por repasses (Nota 15)	242	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 07)	(37.279)	(29.248)	Outros passivos financeiros (Nota 16)	4.467	4.551
OUTROS ATIVOS (Nota 09)	770	853	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS (Nota 17)	84	191
INVESTIMENTOS (Nota 10)	17.188	15.256	OUTROS PASSIVOS (Nota 18)	23.956	18.092
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11)	10.712	9.749	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	208.631	177.476
INTANGÍVEL (Nota 11)	1.806	2.018	CAPITAL SOCIAL	74.543	68.336
			RESERVAS DE SOBRAS	126.711	103.440
			SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	7.377	5.700
TOTAL DO ATIVO	773.849	561.154	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	773.849	561.154

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG
CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	35.453	67.983	54.843
Operações de crédito (Nota 07)	33.878	64.119	52.238
Resultado títulos e valores mobiliários	1.511	3.711	2.555
Resultado das aplicações compulsórias	64	153	50
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(13.228)	(23.565)	(19.270)
Operações de captação no mercado	(1.910)	(4.871)	(7.047)
Operações de empréstimos e repasses	(4.974)	(9.314)	(7.343)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(6.344)	(9.380)	(4.880)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22.225	44.418	35.573
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(3.475)	(6.700)	(3.901)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	8.454	14.929	11.757
Rendas de tarifas bancárias	1.773	3.462	3.031
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 22)	(7.416)	(14.188)	(12.801)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	(5.290)	(9.894)	(8.453)
Dispêndios e despesas tributárias	(166)	(432)	(439)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	3.936	7.468	11.176
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	(4.766)	(8.045)	(8.172)
RESULTADO OPERACIONAL	18.750	37.718	31.672
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	183	168	1.119
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	18.933	37.886	32.791
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2)	(712)	(298)
Provisão para Imposto de Renda	12	(425)	(176)
Provisão para Contribuição Social	(14)	(287)	(122)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.090)	(2.295)	(2.271)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	17.841	34.879	30.222

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG
CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	61.175	84.426	5.878	151.479
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	3.588	-	(5.379)	(1.791)
Destinação para Fundo Social	-	-	(470)	(470)
Outras destinações	-	-	(29)	(29)
Capital de associados				
Aumento de capital	1.842	-	-	1.842
Baixas de capital	(1.965)	-	-	(1.965)
Resultado do período	-	-	30.222	30.222
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(1.239)	(1.239)
Juros sobre o capital próprio	3.696	-	(3.773)	(77)
Reserva legal - Estatutária	-	17.348	(17.348)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.053	(1.053)	-
Reserva legal - Doação SFG	-	613	(613)	-
Fundo Social	-	-	(496)	(496)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	68.336	103.440	5.700	177.476
Mutações do Período	7.161	19.014	(178)	25.997
Saldos no início do período em 01/01/2020	68.336	103.440	5.700	177.476
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	3.787	-	(5.678)	(1.891)
Outras destinações	-	-	(22)	(22)
Capital de associados				
Aumento de capital	2.372	-	-	2.372
Baixas de capital	(1.911)	-	-	(1.911)
Resultado do período	-	-	34.879	34.879
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(1.604)	(1.604)
Juros sobre o capital próprio	1.959	-	(1.981)	(22)
FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(5)	(5)
Reserva legal - Estatutária	-	22.451	(22.451)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	820	(820)	-
Fundo Social	-	-	(641)	(641)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	74.543	126.711	7.377	208.631
Mutações do Período	6.207	23.271	1.677	31.155
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	72.551	103.440	17.038	193.029
Capital de associados				
Aumento de capital	1.338	-	-	1.338
Baixas de capital	(1.305)	-	-	(1.305)
Resultado do período	-	-	17.841	17.841
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(1.604)	(1.604)
Juros sobre o capital próprio	1.959	-	(1.981)	(22)
FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(5)	(5)
Reserva legal - Estatutária	-	22.451	(22.451)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	820	(820)	-
Fundo Social	-	-	(641)	(641)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	74.543	126.711	7.377	208.631
Mutações do Período	1.992	23.271	(9.661)	15.602

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG
CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	22.490	42.911	33.288
Resultado do semestre/exercício	17.841	34.879	30.222
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	4.649	8.032	3.066
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.319	8.031	3.184
Depreciação e amortização	885	1.621	1.195
Baixas do ativo permanente	52	96	1
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	2	(107)	(75)
Destinações ao FATES	(1.609)	(1.609)	(1.239)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(7.835)	2.928	(109.254)
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	16.486	20.631	12.653
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	476	(14.293)	(104.372)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	819	2.352	(3.210)
(Aumento) em operações de crédito	(151.782)	(183.222)	(91.581)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	115.317	101.034	25.128
(Aumento) em outros ativos financeiros	(4.372)	(4.270)	(3.463)
Redução em outros ativos	641	83	924
Aumento em depósitos	8.203	74.551	42.458
Aumento (Redução) em passivos financeiros	515	(84)	562
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(74)	282	7.840
Absorção de dispêndios pelo FATES	(247)	(552)	(865)
Aumento em outros passivos	6.183	6.416	4.672
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	14.655	45.839	(75.966)
Aquisição de investimentos	(1.178)	(1.932)	(755)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.849)	(2.034)	(4.372)
Aplicações no intangível	(247)	(434)	(239)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(3.274)	(4.400)	(5.366)
Integralização de capital	1.338	2.372	1.842
Baixa de capital	(1.305)	(1.911)	(1.965)
Fundo Social	(641)	(641)	(496)
Juros ao capital próprio	(22)	(22)	(77)
Distribuição de Sobras	-	(1.913)	(2.290)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(630)	(2.115)	(2.986)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	10.751	39.324	(84.318)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	71.990	43.417	127.735
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	82.741	82.741	43.417

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG
CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	17.841	34.879	30.222
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	17.841	34.879	30.222

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 27/06/1981 e sede situada na Avenida Angelo Macalos, 383, na cidade de Espumoso - Rio Grande do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 11 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 04 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota explicativa nº 7;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas está apresentado na nota explicativa nº 17;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	2.631	3.168
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	80.110	40.249
Total	82.741	43.417

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 98% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Banco e Cooperativa	-	366	8.523	8.889	29.520
Total	-	366	8.523	8.889	29.520
Total circulante				366	10.546
Total não circulante				8.523	18.974

As aplicações de DI entre Banco e Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente. Também foram realizadas aplicações com o Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades), com taxa de remuneração de 100% do CDI.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Cotas de fundos de renda fixa	24.818	-	-	24.818	104.372
Cotas de fundos multimercado	93.847	-	-	93.847	-
Total	118.665	-	-	118.665	104.372
Total circulante				118.665	104.372

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2020					31/12/2019	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira	
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses			
Empréstimos e títulos descontados	1.691	29.221	83.815	119.078	233.805	149.960	
Financiamentos	38	2.526	10.467	22.238	35.269	23.783	
Financiamentos rurais e agroindustriais	195	35.725	179.847	68.225	283.992	196.101	
Total das operações de crédito	1.924	67.472	274.129	209.541	553.066	369.844	
Avais e fianças honrados	22	-	20	88	130	301	
Devedores por compra de valores e bens	-	2	358	1.450	1.810	1.262	
Títulos e créditos a receber	-	8.895	3.189	4	12.088	8.218	
Total de outros créditos	22	8.897	3.567	1.542	14.028	9.781	
Carteira total	1.946	76.369	277.696	211.083	567.094	379.625	
Total circulante					356.011	282.207	
Total não circulante					211.083	97.418	

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	14.308	-	-	-
A	0,50	100.426	60.638	502	303
B	1,00	248.273	165.459	2.481	1.654
C	3,00	112.850	82.266	3.384	2.468
D	10,00	53.768	43.060	5.377	4.306
E	30,00	14.231	7.856	4.269	2.357
F	50,00	2.227	3.567	1.114	1.784
G	70,00	2.863	2.884	2.004	2.019
H	100,00	18.148	13.895	18.148	13.895
Total		567.094	379.625	37.279	28.786

Em 31 de dezembro de 2020 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 0 (dezembro de 2019 - R\$ 462).

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Cobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 134.783 (dezembro de 2019 - R\$ 113.819) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 - Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 3.597 (dezembro de 2019 - R\$ 3.747) conforme Nota 16.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2020					31/12/2019	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira	
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses			
Pessoas físicas	1.283	26.060	67.970	85.850	181.163	125.301	
Rural	195	35.725	179.847	68.225	283.992	196.101	
Industrial	43	862	1.744	3.620	6.269	6.255	
Comércio	323	6.778	15.580	27.468	50.149	28.727	
Outros serviços	102	6.944	12.555	25.920	45.521	23.241	
Total	1.946	76.369	277.696	211.083	567.094	379.625	
Total circulante					356.011	282.207	
Total não circulante					211.083	97.418	

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	69.535	12,26	51.561	13,58
50 devedores seguintes	124.964	22,04	85.120	22,42
100 devedores seguintes	94.726	16,70	67.780	17,85
Demais	277.869	49,00	175.164	46,14
Total	567.094	100,00	379.625	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	29.248	26.064
Constituição de provisão	31.222	20.746
Reversão de provisão	(21.842)	(15.866)
Movimentação de baixados para prejuízo	(1.349)	(1.696)
Saldo final	37.279	29.248

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	21.501	42.290	34.450
Financiamentos	2.586	4.900	3.490
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.434	15.256	12.537
Outros	53	110	293
Subtotal	32.574	62.556	50.770
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	1.304	1.563	1.468
Total	33.878	64.119	52.238

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 15.747 (2019 - R\$ 9.400).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	12.088	8.218
Rendas a receber	1.558	1.104
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	1.810	1.262
Créditos específicos	-	463
Avais e fianças honrados (Nota 07)	130	301
Operações com cartões	191	159
Total	15.777	11.507

Total circulante	14.236	10.461
Total não circulante	1.541	1.046

Os Títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	57	246
Adiantamentos e antecipações salariais	104	27
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	157	50
Adiantamentos para Confederação Sicredi	274	300
Impostos e contribuições a compensar	38	134
Pendências a regularizar	49	60
Outros	91	36
Total circulante	770	853

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	365	536
Imóveis	350	536
Veículos e afins	15	-
Material em estoque	5	7
Despesas antecipadas	37	53
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(350)	(350)
Total circulante	57	246

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(350)	(350)
Constituição de provisão	-	-
Reversão de provisão	-	-
Saldo final	(350)	(350)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	8.506	8.004
Sicredi Participações S.A.	8.681	7.251
Outras participações e investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	17.188	15.256

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	2.817.165 ON	2.534.447 ON	1	1	8.506.366	8.003.891
	5.863.587 PN	5.274.592 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,74%	0,74%	0,62%	0,62%	2,09%	2,05%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	406.094	389.851
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	416.563	400.409
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	5
Valor do investimento	8.681	7.251	1	1	8.506	8.004

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	14.596	(3.884)	10.712	9.749
Imobilizações em curso	-	1.654	-	1.654	3.422
Terrenos	-	275	-	275	275
Edificações	4%	4.567	(837)	3.730	3.210
Instalações	10%	395	(223)	172	183
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	1.744	(426)	1.318	385
Móveis e equipamentos	10%	3.675	(1.143)	2.532	1.534
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	340	(154)	186	130
Equipamentos de processamento de dados	20%	1.519	(781)	738	406
Veículos	20%	427	(320)	107	204
Intangível		5.230	(3.424)	1.806	2.018
Investimentos Confederação		5.230	(3.424)	1.806	2.018

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	88.310	-	-	88.310	41.288
Depósitos interfinanceiros	15.444	15.453	5.597	36.494	5.785
Depósitos a prazo	4.119	1.430	140.294	145.843	149.023
Total	107.873	16.883	145.891	270.647	196.096
Total circulante				124.756	50.785
Total não circulante				145.891	145.311

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	257.942	156.908
Total	257.942	156.908

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	34.197	162.987	60.758	257.942	156.908
Total - Recursos do Crédito Rural	34.197	162.987	60.758	257.942	156.908
Total circulante				197.184	134.829
Total não circulante				60.758	22.079

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 10/03/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2020			Total	31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	45	7.835	7.880	7.840
Total	-	45	7.835	7.880	7.840

Total circulante	45	5
Total não circulante	7.835	7.835

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020			Total	31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
BNDES	25	74	143	242	-
Total	25	74	143	242	-

Total circulante	99	-
Total não circulante	143	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 04/06/2023.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	3.597	3.747
Recursos em trânsito de terceiros	870	804
Total circulante	4.467	4.551

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 17 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	80	80
Cível	Provável	4	111
Total não circulante		84	191

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	80	-	-	80
Cível	111	4	(111)	4
Total	191	4	(111)	84

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 15 e R\$ 57 (dezembro de 2019 - R\$ 13 e R\$ 57), respectivamente.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	11.670	7.794
Provisão para pagamentos a efetuar	1.318	1.157
Cotas de capital a pagar	1.639	1.289
Provisão para participações nos lucros	2.329	2.313
Fundo de assistência técnica, educacional e social	4.518	3.462
Demais fundos constituídos	771	541
Impostos e contribuições a recolher	905	627
Credores diversos	770	742
Cobrança e arrecadação de tributos	-	155
Pendências a regularizar	36	12
Total Circulante	23.956	18.092

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojaista.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	74.543	68.336
Total de associados	19.313	17.924

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 6.207 (2019 – R\$7.161), sendo R\$ 5.746 (2019 – R\$ 7.284) via integralização de resultados e R\$ 2.372 (2019 – R\$ 1.842), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.911 (2019 – R\$ 1.965).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,8% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.981, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 70% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 2% para a constituição do Fundo Social; destinado a apoiar ações de interesse coletivo desenvolvidas na área de ação da Cooperativa.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	37.866	32.791
Participação nas sobras	(2.295)	(2.271)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	35.591	30.520
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(14.236)	(12.208)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	12.289	10.235
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	792	1.509
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	331	143
Demais adições e exclusões previstas na legislação	112	23
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(712)	(298)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	8.889	29.520
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	118.665	104.372
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	80.110	40.249
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	1.284	909
Outros ativos (Nota 09)	274	321
Investimentos (Nota 10)	17.188	15.256
Intangível (Nota 11)	1.806	2.018
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	36.494	5.785
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	257.942	156.908
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	7.880	7.840
Outros passivos (Nota 18)	11.192	7.742
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	3.711	2.555
Ingressos e receitas de prestação de serviços	7.784	6.164
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	1.996	6.930
Receita não operacional - Doação SFG	-	628
Despesas		
Operações de captação no mercado	1.057	326
Operações de empréstimos e repasses	9.308	7.343
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	383	922
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	3.130	2.977

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	57	0,06%	33
Depósitos a prazo	1.032	0,71%	1.028
Operações de crédito	4.063	0,73%	2.330

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	1.321	1.519

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	4.351	8.440	7.574
Benefícios	1.273	2.447	2.028
Encargos sociais	1.788	3.292	3.006
Treinamentos	4	9	193
Total	7.416	14.188	12.801

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	133	290	216
Aluguéis	423	733	477
Comunicação	217	417	434
Manutenção e conservação	379	750	739
Material de expediente	95	168	146
Processamento dados	168	317	192
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	362	1.017	1.009
Serviços do sistema financeiro	385	770	682
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	671	1.139	809
Serviços de vigilância e segurança	368	729	571
Serviços de transportes	164	308	252
Amortização	519	975	671
Depreciação (Rateio Confederação)	366	646	524
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	246	552	865
Emolumentos e taxas diversas	95	145	149
Outras despesas administrativas	699	938	717
Total	5.290	9.894	8.453

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	246	552	865
Utilização de fundo social	370	412	-
Recuperação de encargos e despesas	701	1.159	1.116
Ingressos depósitos intercooperativos	659	1.613	6.558
Reversão de provisões operacionais	628	1.177	898
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	915	1.987	1.484
Reversão de provisões para passivos contingentes	2	111	139
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	91	91	-
Outras rendas operacionais	324	366	116
Total	3.936	7.468	11.176

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	939	1.027	1.079
Contribuições Cooperativistas	71	143	131
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	108	234	231
Contribuição Confederação Sicredi	1.525	2.849	2.650
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	153	270	243
Encargos da administração financeira	-	1	37
Repasse Administradora de Cartões	-	34	94
Provisões para garantias financeiras prestadas	1.061	1.837	1.870
Provisões para passivos contingentes	4	4	64
Outras provisões operacionais	497	943	840
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	326	519	413
Risco operacional	8	38	200
Juros e comissões	2	2	8
Outras despesas operacionais	72	144	312
Total	4.766	8.045	8.172

NOTA 26 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	17.841	34.879	30.222
Eventos não recorrentes	-	-	(628)
Resultado recorrente	17.841	34.879	29.594

NOTA 27 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	134.730	113.753
Coobrigações em cessões de crédito	53	66
Total	134.783	113.819

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	206.825	175.458
Nível I (NI)	206.825	175.458
Capital principal - CP	206.825	175.458
Capital social	74.543	68.336
Reservas de capital	126.711	103.440
Lucros acumulados	7.377	5.700
Ajustes Prudenciais	(1.806)	(2.018)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	675.765	495.324
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	3.386	695
Margem de Capital	140.930	122.754
Índice de Basileia (PR / RWA)	30,61%	35,42%
Situação de Imobilização (Imob)	10.713	9.749
Índice de Imobilização (Imob / PR)	5,18%	5,56%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Carlos Augusto Dal Molin
Diretor Executivo
CPF: 432.675.300-59

Ramon Halberstadt
Diretor de Operações
CPF: 000.294.530-46

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20